

PARA ALIMENTAR O CONSUMISMO DO SECTOR PRIVADO

Dinheiro dos Contribuintes entregue sem transparência e prestação de contas aos tenderpreneurs¹



Créditos: www.interlusofona.info

Na sexta-feira passada, o Primeiro Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, anunciou perante os deputados da Assembleia da República, que o Governo irá disponibilizar cerca de 600 milhões de meticais, a serem retirados do fundo das contribuições dos trabalhadores junto do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para financiar pequenas e médias empresas afectadas pelas medidas

administrativas do Estado de Emergência.

Este posicionamento do Governo gera estranheza ao Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) pelo facto de, a 8 de Maio, o INSS ter vindo a público rejeitar a proposta da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) que defendia INSS devia encontrar mecanismos de ajudar as empresas em dificuldades a pagar salários aos



Créditos: www.noticiasominuto.com

trabalhadores porque, segundo o INSS, os fundos descontados actualmente pelos trabalhadores não cobrem esta pretensão do sector privado. Neste contexto, o INSS afirmou que não dispõe de verbas para pagamento de salários nos termos que a CTA solicita pela natureza das contribuições que são feitas pelos trabalhadores. privado².

Então, o que levou a esta mudança brusca no posicionamento do Governo em relação as pretensões do sector privado que, claramente, não só lesam os interesses dos trabalhadores, que são os principais contribuintes, mas também lesam a economia moçambicana pela alocação ineficiente de dinheiro publico para alimentar uma classe empresarial que pouco produz para o país?

Esta medida do Governo foi tomada sem a realização de um debate público sobre o assunto e sem indicação dos critérios que irão nortear a identificação das empresas beneficiárias. Neste contexto, aos olhos do CDD, este é mais um caso de uso abusivo dos fundos dos contribuintes para financiarem empresas que nada fizeram para se viabilizarem. Trata-se de empresas parasitas muitas delas com accionistas da nomenclatura e a viverem de adjudicações directas privilegiadas numa autêntica máfia de Estado.

Neste contexto, o CDD exige que se publique a lista dessas empresas que receberam esse dinheiro

e qual é o critério usado para uma empresa receber esse dinheiro. O Governo deve também responder a questões como: quem são os donos dessas empresas? o que é que essas empresas fazem? será que elas produzem bens e serviços essenciais para este período de crise? quanto é que essas empresas pagaram de imposto para o INSS para que sejam elegíveis para este benefício? está previsto nesse contrato de financiamento, a obrigatoriedade de manutenção dos postos de trabalho actualmente existentes nessas empresas?

O CDD reitera que é contra a canalização do dinheiro do INSS às empresas. O dinheiro do INSS deve ser dado aos trabalhadores cujo patronato tem dificuldades de pagar salários ou àqueles trabalhadores que já perderam o seu emprego por causa da crise económica gerada pela Covid-19. Portanto, o dinheiro do INSS deve ser usado para financiar a economia através da devolução aos contribuintes para aumentar o poder de compra destes e de suas famílias, porque estes não vão pegar os Meticais e "engolir", vão usar esse dinheiro para comprar alimentos e outros bens de primeira necessidade. Por outras palavras, deve-se usar o dinheiro do INSS para financiar políticas de proteção social como o programa "bolsa família" para estimular a economia tal como já foi proposto pelo CDD

²<http://opais.sapo.mz/inss-deve-encontrar-mecanismos-de-ajudar-as-empresas-em-dificuldades->

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state of emergency in Mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:



Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE



Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa:




Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

